

ENSINANDO DEMOCRACIA PELA WEB: as experiências da escola do legislativo e do parlamento jovem nos portais legislativos brasileiros

Sérgio Braga¹, Julia Tadra²

Resumo

O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento das experiências das “Escolas do Legislativo” e do “Parlamento Jovem” veiculadas nos portais das assembleias legislativas brasileiras, verificando se estes programas cumprem de maneira satisfatória os objetivos de informar à opinião pública das atividades destes programas e de estimular a participação política dos público-alvo.

Palavras-chave

Escolas do Legislativo. Democracia Eletrônica. Ensino de Democracia pela Web. Parlamento Jovem.

Abstract

The purpose of this paper is to make a survey the experiences of the "Schools of the Legislative" and "Youth Parliament" used by the Brazilian legislative portals, verifying if these programs meet satisfactorily their objectives to inform the public and stimulate political participation by the public opinion.

¹ PPGCP/UFPR, Professor Adjunto de Ciência Política, e-mail: sssbraga@gmail.com

² PPGCP/UFPR, Mestranda em Ciência Política, e-mail: juliatadra@outlook.com

Keywords

Schools of the Legislative. Electronic Democracy. Education for Democracy. Youth Parliaments.

1 Introdução

A internet como fonte de informação e difusora do uso de ferramentas para comunicação e participação em rede vem sendo debatida por uma considerável literatura a mais de duas décadas. A opinião predominante entre os autores que tratam do tema tem sido a de que estes recursos podem promover cada vez mais uma participação virtual ativa bem como melhorar incrementalmente a qualidade dos processos participativos e deliberativos que ocorrem nas democracias representativas (WARD & LESTON-BANDEIRA, 2008: p. 57). Dentro desse contexto, os parlamentos possuem um papel estratégico no sentido de aumentar a oferta de informação e abrir novos espaços de participação e deliberação públicas para a coletividade (FARIA, 2011)

Outra contribuição importante da literatura mais recente sobre processos de representação em e-parlamentos é a de demonstrar que, além de sua função representativa propriamente dita, os órgãos parlamentares podem desempenhar uma série de outras funções que podem ser replicadas no mundo virtual através do recurso ao uso das tecnologias digitais, da internet em particular (BRAGA, 2007; LESTON-BANDEIRA, 2007, 2009; PERNA & BRAGA, 2012)³. Entretanto, no Brasil ainda é escassa a literatura

³ Em seu artigo seminal sugerindo uma estrutura de análise para o exame dos impactos da internet nos trabalhos parlamentares, Cristina Leston-Bandeira enumera as seguintes funções desempenhadas pelos órgãos parlamentares e que podem ser potencializadas por intermédio do uso das tecnologias digitais: mediação e resolução de conflitos, educação, legislação, legitimação, representação e fiscalização do Executivo (LESTON-BANDEIRA, 2007: 662). Para uma tentativa de aplicação desse modelo teórico na análise dos principais parlamentos europeus, cf. o artigo da mesma autora (LESTON-BANDEIRA, 2009).

que analisa de maneira sistemática as experiências de educação política por intermédio dos websites parlamentares através das tecnologias digitais. Nesse contexto, o objetivo mais geral do presente artigo será o de verificar até que ponto os portais das assembleias legislativas brasileiras estão cumprindo estas funções, através de programas tais como a “Escola do Legislativo” e “Parlamento Jovem”.

Dentre os estudos que abordaram direta ou indiretamente o tema do presente artigo convém ainda destacar, À guisa de introdução, podemos mencionar os textos de Francisco Assis (1997), Rildo Cosson (2008) e Alexandre Carvalho (2009), que examinam respectivamente o impacto dos programas *Escola do Legislativo* e *Parlamento Jovem* analisando alguns de seus impactos. Como mostram estes autores, as Escolas do Legislativo e o Parlamento Jovem não são idéias específicas do Brasil, já que estas iniciativas surgiram há algum tempo em outros países do mundo, sendo que suas características variam de país para país (COSSON, 2008). No Brasil, os dois programas foram criados primeiramente pelo estado de Minas Gerais, onde os programas são uns dos mais desenvolvidos e têm a contribuição de estudantes de Ciências Sociais da PUC/MG (ASSIS, 1997). No entanto, apesar de cada país apresentar diferentes formas de conduzir os programas, a finalidade é sempre a mesma: o que se pretende em todos os casos é o estímulo à educação cívica dos funcionários do legislativo e dos cidadãos através da divulgação de informações sobre o funcionamento das instituições parlamentares e da participação política e conseqüentemente um desenvolvimento mais refinado da cultura democrática (COSSON, 2008).

“Todas essas experiências, nacionais ou internacionais, caminham no sentido do alargamento da participação dos cidadãos nos destinos maiores de seus países em cujo processo terá que haver uma aproximação virtuosa entre o Legislativo e a sociedade. Uma aproximação que os legislativos protagonizam reclamando a presença dos cidadãos em seus espaços, ampliando sua atuação e não temendo que, por esse gesto, os parlamentos se pensem a fim de que não sejam pensados por outros...” (COSSON, pg. 12, 2008).

Entretanto, de nosso conhecimento, nenhum dos trabalhos existentes sobre o assunto busca examinar de maneira mais sistemática como a internet está sendo utilizada para veicular informações sobre tais programas e, mais importante, como as tecnologias digitais podem ser empregadas para estimular a participação do público-alvo e dos cidadãos de uma maneira geral nos mesmos.

Neste contexto, este texto visa não só discutir o papel da internet na expansão da participação cidadã no campo político, mas também o de salientar a importância que estes dois programas possuem no que se refere ao conhecimento mais transparente do poder legislativo e de seu papel das democracias por parte da opinião pública de uma maneira geral.

Para abordar o tema, organizaremos nossa exposição da seguinte forma: (i) no primeiro item "Novas tecnologias, democracia, e a função educativa dos portais legislativos", destacaremos como a literatura aborda a questão da função educativa dos órgãos parlamentares e destacaremos o exemplo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) como instituição de vanguarda na implementação de tais programas, inclusive no uso de aplicativos digitais para promover a e-participação; (ii) no segundo item, "Os programas Escola do Legislativo e Parlamento Jovem nos portais legislativos brasileiros", avaliar como a internet está sendo utilizada para a veiculação destes programas e de seus resultados.

2 Novas tecnologias, democracia e a função educativa dos portais legislativos

Desde a década de 1990 do século passado, o tema das relações entre parlamento e tecnologias digitais tem sido objeto de uma ampla literatura⁴. Também no caso brasileiro, vários autores tem

⁴ Entre os trabalhos que contem recomendações ou que analisam boas práticas relacionadas ao uso da Internet por parlamentos nacionais, destacamos, além das edições dos manuais para parlamentos publicados pela União

realizado estudos empíricos chamando a atenção para o fato de que as novas tecnologias de informação são uma opção adicional aos órgãos legislativos para propiciar uma maior aproximação entre legislativo e sociedade, assim permitir uma maior fiscalização da população sobre os representantes eleitos para atuarem nestes órgãos (BRAGA, 2007; BATISTA & STABILE, 2010; PEIXOTO, 2010; FARIA, 2012).

Um ponto que entretanto nem sempre tem sido tratado de maneira adequada, tanto na literatura internacional quanto na existente sobre os órgãos parlamentares brasileiros, é o papel da internet na promoção da *função educativa* do parlamento, ou seja, na veiculação de programas que possam promover o estímulo à participação e à educação cívica dos cidadãos por intermédio das tecnologias digitais.

No caso brasileiro, as experiências mais avançadas, em nível subnacional, tem sido desenvolvidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG), inclusive propiciando o aparecimento de estudos recentes analisando os impactos de tais programas (CARVALHO, 2009; FUCHS, 2010). Podemos mencionar duas características gerais destes estudos: a) procuram avaliar a forma como os participantes respondem ao programa, buscando apreender seus efeitos nas percepções dos jovens sobre a atividade política; b) indagam sobre os objetivos que o programa possui e o real cumprimento deles; c) ressaltam a falta de estudos que avaliem o programa na internet bem como o uso desta pelos jovens.

Interparlamentar (IPU, 2000 e 2009), os trabalhos pioneiros de Coleman et al (1999), Norris (2000, 2001), bem como as análises subsequentes de Suurla et. al. (2002), Kingham (2003), Mendel (2004), Beetham (2006), Trechsel et. al. (2003), Lusoli, Ward, Gibson (2003), Cardoso et al (2003), Ferber et al (2003, 2005), Frick (2005), Ward & Lusoli (2005), Setala & Grolund (2006), López et al (2007), o número especial do The Journal of Legislative Studies que contém diversos estudos sobre os impactos da Internet nas democracias parlamentares europeias (DAÍ & NORTON, eds. 2007) e os recentes surveys publicados pelas Nações Unidas e IPU (UNITED NATIONS, 2008; IPU, 2010). Para o caso do parlamento brasileiro, cf. os trabalhos de Braga (2007, 2009), Marques (2008), Perna & Braga (2010, 2012) e Faria (2010, 2012).

Neste contexto, o uso da internet e das TICs para aproximar os jovens à programas educativos, ganham espaço e preocupação teórica. Trata-se então de verificar como este tipo de mídia está sendo usada pelos portais legislativos na divulgação do programa e se há interesse por parte dos jovens neste investimento comunicativo.

Mário Fuks, por exemplo, analisará o impacto do Parlamento Jovem no interesse político dos jovens e se há diferenças de retorno entre alunos que tiveram condições políticas iniciais diferentes. Ou seja, o objetivo central do autor é verificar se o Parlamento Jovem desempenha um papel no sentido de reverter ou reforçar as desigualdades existentes entre os estudantes. Para responder tal questão, o autor explora os papéis que desempenham alguma influência sobre os jovens, tais como: ambiente familiar, classe, escolaridade, acesso aos meios de informação e oportunidades de conversar sobre política na escola ou com a família (FUKS, 2010).

Alexandre Carvalho (2009) afirma que coordenadoras do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais e Brasília, vêm realizando pesquisas onde constataam a eficácia do programa e as respostas dos jovens às atividades. Nestes dois casos, os programas vêm garantindo uma participação qualificada e institucionalizada do jovem na política através da disponibilização da informação. Além do mais, Carvalho verificou através dos depoimentos dos jovens pesquisados, outras consequências da participação no programa:

“Além disso, há uma interação social muito grande entre os jovens, que após o programa se comunicam por meio de mensagens eletrônicas e programas de bate-papo, e trocam opiniões e avaliações da experiência que vivenciam juntos, como os próprios afirmaram” (CARVALHO, 2009 pg. 45).

A internet, deste modo, encontra-se no cerne da possibilidade em instigar os estudantes a buscar informações antes e depois da participação do programa. Mais que isso, é uma ferramenta que prolonga ou inicia a interação social se bem usada e disponibilizada. Carvalho nos mostra ainda que o uso da internet

para promover e explorar os programas vem sendo esperado pelos estudantes:

As questões que dizem respeito ao interesse por notícias sobre política nos meios de comunicação e se houve modificação neste interesse após a participação no Parlamento Jovem também foram positivas, embora alguns tenham respondido não terem muito tempo para acompanhar. O interesse foi ampliado, especialmente, pela divulgação do site da Câmara, canal de comunicação que se identifica com o jovem. Maharishe Gonçalves, participante do Parlamento Jovem 2008, comenta: “devido ao pouco tempo disponível, procuro informações no site da Câmara dos Deputados” (CARVALHO, 2009, pg. 54).

Na tabela abaixo, podemos visualizar também os resultados do questionário aplicado por Carvalho em participantes da edição do parlamento jovem na Câmara dos Deputados:

Tabela 1. Questionário aos Participantes do PJ da CD

QUESTÃO	SIM (%)	NÃO (%)
Depois do Parlamento Jovem, você acompanhou a tramitação de algum projeto ou matéria de seu interesse, na Câmara dos Deputados, no SF, na AL ou na Câmara Municipal?	81 (2006)	19 (2006)
Obs.: Acompanhamento pode ser pessoalmente, pelo rádio/TV, internet, jornais, revistas, etc.	95 (2007)	5 (2007)
Depois do Parlamento Jovem, você fez alguma sugestão, reclamação ou elogio para algum Deputado Federal, Senador, Deputados Estadual ou Vereador?	67 (2006)	33 (2006)
	70 (2007)	30 (2007)
Depois do Parlamento Jovem, você buscou mais informações sobre temas relacionados à atividade político-legislativo? (em livros, revistas, cursos, internet, filmes, etc.)	96 (2006)	4 (2006)
	90 (2007)	10 (2007)
Depois do Parlamento Jovem, você compartilhou o conhecimento e a experiência adquiridos no evento? (ex. em conversas com colegas de curso ou com familiares; deu entrevistas, aulas, palestras etc.)	100 (2006)	0 (2006)
	100 (2007)	0 (2007)

Fonte: Carvalho (2009).

Ou seja, fica muito clara a importância do bom uso da internet pelos programas, e especificamente neste caso o Parlamento Jovem. No comparativo feito por Carvalho os resultados indicam que a maioria dos estudantes busca informações sobre política, compartilham informações e buscam saber sobre a tramitação de projetos de leis, após participarem do programa. Os resultados

também apontam para a necessidade, apontada pelos próprios participantes, de emprego da internet e das tecnologias digitais como ferramentas de propagação e difusão de informação política veiculadas nos programas.

Nas seções seguintes, buscaremos analisar como os sites das Assembléias Legislativas estão divulgando as informações sobre os programas, como ocorre a navegabilidade e o uso das redes sociais.

3. Os programas Escola do Legislativo e Parlamento Jovem: uma avaliação quantitativa nos portais legislativos brasileiros e breve histórico

Neste item efetuaremos uma descrição mais aprofundada do significado destes programas, explicitaremos nossa metodologia de análise e efetuaremos nossa análise da presença destes programas dos portais legislativos no período compreendido entre os anos 2010 a 2012.

3.1. Breve Histórico e Significado dos Programas

Como afirmado anteriormente, as duas iniciativas surgiram no Brasil pioneiramente no estado de Minas Gerais. Em fins de 1991, formou-se o primeiro grupo para viabilizar uma Escola do Legislativo. Ela teria, entre outras atribuições, as de: profissionalizar, ao máximo, todos os funcionários da Assembléia (tanto os de gabinete como os da administração), servir de canal de repasse de informações, conhecimentos e métodos de trabalho e, por fim, criar um espaço de reflexão política para o questionamento filosófico das práticas representativas (ASSIS, 1997).

A função educativa é fortemente enfatizada pelos implementadores do programa. No dizer de um pesquisador sobre o assunto:

“Trata-se da transformação da assembléia em espaço educativo pelo uso pedagógico que a escola faz de seus múltiplos espaços. A presença da escola nos plenários e nos auditórios opera, para além da funcionalidade de tais espaços, como uma espécie de

dessacralização do Legislativo e, ao mesmo tempo, como legitimação das atividades educacionais ali efetivadas” (COSSON, 2008, pg. 22).

As Escolas do Legislativo formam um sistema de ensino do legislativo, que envolvem órgãos do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União. Em 2008, 23 das 27 Assembleias Estaduais e Câmara Distrital já possuíam este sistema, segundo levantamento efetuado por Rildo Cosson (COSSON, 2008, pg. 19).

A instalação efetiva do programa se dá através da criação de um espaço físico dentro das Assembleias com a disponibilização de computadores e outros materiais didáticos. Algumas casas legislativas, como aponta Rildo Cosson, possuem sede própria, como por exemplo, a Escola do Legislativo de Sergipe. Outras, funcionam nos próprios prédios administrativos.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi a primeira a adotar a ideia de um sistema pedagógico oriundo da escola do legislativo, ampliando-o para a formação de mais um programa que pudesse abranger outro público alvo com objetivo de expandir mais a aproximação e o diálogo entre sociedade e legislativo: o Parlamento Jovem.

Deste modo, pensando em ampliar esse movimento educativo, o Parlamento Jovem aproxima os estudantes das situações vivenciadas pelos deputados nas Assembleias, através de simulações que visam ensinar e esclarecer as funções de um parlamentar. São alunos de Ensino Médio, tanto de escolas privadas quanto públicas que são sorteados pelos responsáveis da *Edição*⁵. Projetos são enviados, discutidos, aprovados ou rejeitados pelos estudantes (CARVALHO, 2010, COSSON, 2008).

Assim, o Parlamento Jovem relaciona-se às regras de um ‘RPG’, ou jogo de personificação, em que o ‘deputado-estudante’ assume parte ou conjunto de funções de um parlamentar, solicita e

⁵ Edição é o termo utilizado pelos autores que discutem os programas. Por exemplo, na ALMG a Edição do Parlamento Jovem refere-se a um mandato fictício que dura entre 6 meses a 1 ano. Cada Assembleia trabalha com um período diferente. Algumas, inclusive trabalham com o grupo de estudantes apenas em um dia.

questiona ações governamentais e votam em busca de aprovação e consenso(COSSON, 2008).

Em suma, os programas pretendem educar os interessados além de estimular a vontade de realizar uma cidadania mais ativa. Portanto, os programas servem como:

[...] uma escola de cidadania política que funciona como um centro de relacionamento entre o Parlamento e os cidadãos, atuando como educador do público escolar e públicos particulares, reforçando e ampliando a legitimidade do Legislativo (COSSON, 2008, p. 47)

No tocante às datas de instalação dos programas elas estão resumidas no quadro abaixo:

Quadro 1: Criação e instalação das Escolas do Legislativo (2012)

ESTADO	CRIAÇÃO	INSTALAÇÃO
MG	1992	1993
CE	1999	1999
MT	1999	1999
PE	1999	1999
SC	2000	2001
RS	2001	2001
SP	2001	2002
AC	2002	2003
PB	2002	2003
RO	2003	2003
AP	2003	2004
ES	2004	2004
MS	2003	2004
SE	2003	2004
RJ	2001	2004
RR	2003	2004
AM	2005	2005
TO	2005	2005
MA	2005	2006
PR	2003	2006

PA	2002	2007
AL	2005	Não Instalado
RN	2003	Não Instalado

Fonte: Cosson (2008).

O Paraná é um dos poucos Estados que ainda não iniciou das atividades da Escola do Legislativo tampouco o Parlamento Jovem. Assim, o Paraná é um dos estados mais atrasados em relação à instalação do programa juntamente com o Pará, além dos dois estados que ainda não haviam instalado suas Escolas do Legislativo no momento que efetuamos a presente pesquisa: Alagoas e Rio Grande do Norte.

Esclarecidas brevemente as características de cada um dos programas, podemos agora expor a metodologia que utilizaremos para a análise de tais experiências na realidade virtual, já que o foco de nosso estudo não é a implementação desses programas por si mesmos, mas a forma são apresentados através da internet, bem como alguns dos efeitos por eles produzidos a partir dos portais legislativos.

3.2. Metodologia de análise

Para cumprir os objetivos da presente pesquisa, a saber, descobrir se os websites possuem mecanismos eficientes de interatividade, o esclarecimento das funções dos programas e se cumprem com o objetivo inicial de politizar e tornar mais atraente a participação política dos jovens no ambiente virtual, elaboramos primeiramente uma planilha com variáveis consideradas importante, nos inspirando em outros estudos existentes sobre e-parlamento (BRAGA, 2007). São elas:

1) *Existência dos Programas/ Informações Gerais*: É a dimensão que revela se existe, pelo menos, o link indicativo dos programas e com explicações sobre suas funções;

2) *Informações básicas sobre os objetivos dos programas*, abrangendo variáveis tais como Se há um link explicando os

objetivos gerais e específicos dos programas, bem como seu histórico etc..

3) *Modalidades de interação “vertical” com o internauta:* É a dimensão que indica a Relação com o público, abrangendo variáveis tais como chats, contato com os programas, cursos ofertados, datas para palestras, e etc. São modalidades que fazem dos serviços de mídia em geral. São dispositivos que permitem a manifestação dos internautas;

4) *Ações e Resultados dos Programas:* Esta dimensão indica se os sites legislativos disponibilizam informações, fotos, vídeos etc. sobre edições passadas dos programas, informando se o site promove uma retrospectiva das ações dos programas já realizadas, a fim de promover um conhecimento prévio aos cidadãos-internautas.

5) *Notícias atualizadas e publicação dos programas:* Aponta a dinamicidade do website e a organização das páginas legislativas.

6) *Uso das redes sociais:* É importante que haja a divulgação de quando e como ocorre as edições para que o internauta tenha conhecimento e acesso às informações básicas sobre os programas.

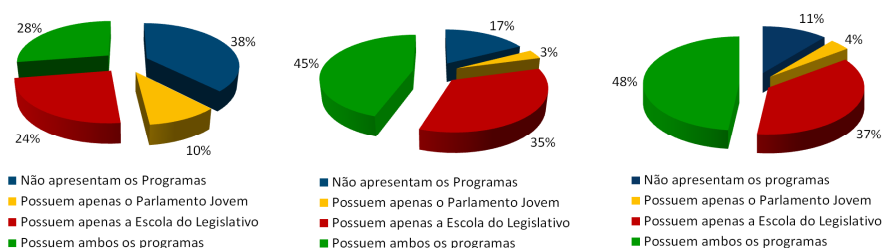
Trabalhamos com a hipótese de que a maior pontuação de cada website está relacionada com a maior institucionalização e profissionalização dos órgãos parlamentares e com o grau de compromisso de suas elites dirigentes (mesa diretora e corpo de funcionários) no tocante à implementação e veiculação de tais programas. A pesquisa deu seu início no ano de 2010 até o início das legislaturas em 2012.

3.3. Desempenho Comparativo dos Websites Legislativos

Nosso primeiro levantamento dos websites começou no ano de 2010 para averiguar quantos websites tinham um dos programas, os dois ou nenhum em seu portal. Nestes três anos de acompanhamento no desempenho comparativo dos websites legislativos detectamos expressivas e positivas mudanças. No ano

de 2010, o número de websites sem os links para os programas era dominante. Em 2012 este quadro reverteu-se:

Gráfico 1. Indicativo da Ocorrência dos Programas em 2010-2012.



Fonte: Elaboração própria.

Pelo gráfico podemos verificar que as mudanças foram significativas nos últimos três anos, com um número crescente de portais dos legislativos brasileiros hospedando informações sobre ambos os programas, principalmente da Escola do Legislativo. Alguns sites se destacaram na nossa pesquisa nestes três anos: no ano de 2010 e 2011: o site da Assembleia de Alagoas possuía o indicativo de link da EL, porém sem nenhuma informação, sendo categorizado em “informação insatisfatória”. No ano de 2012 a ALEAL não possuía mais o link, ou seja, não houve nenhum investimento no programa dentro do site. Outro destaque, foi a Assembleia de Piauí. Nos anos de 2010 a 2011 não havia sequer indicativo dos programas, portanto alocado em “inexistência de informação”. Neste ano, a ALEPI criou o link para a EL e o site apresenta navegabilidade e interatividade superior a vários sítios legislativos. A Assembleia do Amazonas se destacou negativamente, o link da EL permanece no site, porém não há nenhuma informação, retrocedendo aos anos anteriores.

A segunda dimensão que analisamos neste período de três anos, abrangeu as informações básicas sobre os programas que consideramos essenciais para uma navegabilidade que facilite e oriente o internauta dentro do website em relação aos programas.

Ou seja, links que permitam ao internauta o conhecimento a respeito dos programas.

Tabela 2. Frequência das variáveis analisadas sobre o programa Escola do Legislativo em 2009.

		COMPLETO		INCOMPLETO		INEXISTENTE		TOTAL
		N°	%	N°	%	N°	%	
1	Ações e resultados do programa	12	41,38%	2	6,90%	15	51,72%	29
2	Publicações do programa	12	41,38%	1	3,45%	16	55,17%	29
3	Eventos, Cursos e Palestras realizados pelo programa	13	44,83%	1	3,45%	15	51,72%	29
4	Contato com o programa	15	51,72%	0	0,00%	14	48,28%	29
5	Histórico do programa	12	41,38%	0	0,00%	17	58,62%	29
6	Link para Objetivos do programa	9	31,03%	0	0,00%	20	68,97%	29
7	Notícias atualizadas	2	6,90%	3	10,34%	24	82,76%	29

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3. Frequência das variáveis analisadas sobre o programa Parlamento Jovem em 2009.

		COMPLETO		INCOMPLETO		INEXISTENTE		TOTAL
		N°	%	N°	%	N°	%	
1	Ações e resultados do programa	1	3,45%	0	0,00%	28	96,55%	29
2	Publicações do programa	5	17,24%	0	0,00%	24	82,76%	29
3	Eventos, Cursos e Palestras realizados pelo programa	2	6,90%	0	0,00%	27	93,10%	29
4	Contato com o programa	2	6,90%	0	0,00%	27	93,10%	29
5	Histórico do programa	2	6,90%	0	0,00%	27	93,10%	29
6	Link para Objetivos do programa	0	0,00%	0	0,00%	29	100,00%	29
7	Notícias atualizadas	2	6,90%	2	6,90%	25	86,21%	29

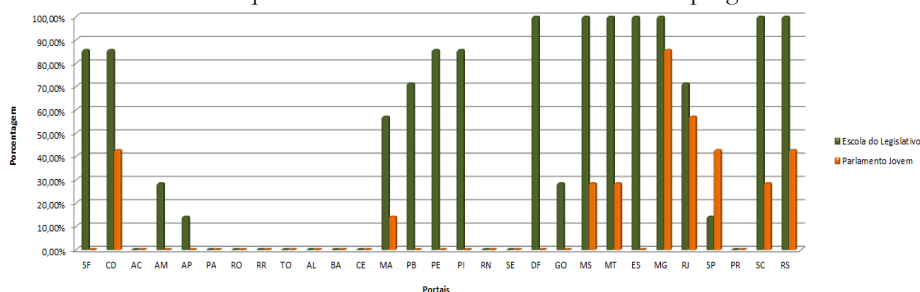
FORNTE: Elaboração própria.

As variáveis apresentadas na tabela 3 sobre os links da Escola do Legislativo, como *Contato com o programa* e *Eventos realizados e Publicações* significam a disponibilização de informações básicas sobre os programas que proporcione ao cidadão-internauta a possibilidade de se contatar a casa sobre as atividades realizadas. A

maioria possuía tais links, o que permitiu principalmente uma compreensão básica de como estava ocorrendo os programas nestas casas legislativas. Por outro lado, para que haja procura a algum evento, publicação e até mesmo a vontade de querer perguntar algo sobre os programas é preciso que o site deixe de forma clara para que serve o programa, quais são seus objetivos e mantenha alguma dinamicidade dentro do sítio. Sobre estes pontos, a maioria ainda é deficiente. Notícias atualizadas, por exemplo, é existente em apenas 6,9% dos sites, o que nos aponta a falta de dinâmica a qual um website precisa ter para que haja navegabilidade fácil e interativa.

Já no caso do Parlamento Jovem, conforme tabela 4, a ausência das variáveis é bem mais significativa. As *publicações do programa* têm a maior porcentagem (17,24%), sendo ainda um número insuficiente para considerarmos positivo. O programa é bem menos trabalhado dentro dos websites e as informações são mais escassas. No gráfico a seguir, podemos verificar a diferença das variáveis entre os dois programas:

Gráfico 2. Frequências das Variáveis Analisadas sobre os programas em 2011.



Fonte: Elaboração própria.

Observamos ainda que o site de Minas Gerais obteve a melhor pontuação tanto sobre a Escola do Legislativo quanto ao Parlamento Jovem. Os websites do Senado Federal, Câmara dos deputados, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina também tiveram pontuações superiores a 80% somente em relação

à Escola do Legislativo.. A região norte, não obteve informações suficientes bem como o Paraná, sendo este uma exceção visível da região sul.

Deve-se sublinhar que verificamos mudanças acentuadas nos websites ao longo do tempo. Percebe-se que em termos de desempenho a pontuação da região nordeste dobrou em dois anos. Piauí e Pernambuco foram os que mais surpreenderam. As regiões, Centro-Oeste, Sudeste e Sul também se destacaram obtendo aumento no investimento das informações. A variável *notícias atualizadas* nos dois programas obteve um crescimento significativo (de 6,9% para 37,93% na EL e de 6,9% para 10,34% no PJ em 2011), o que facilitou muito a navegação das páginas, que estão mais regulares na atualização de notícias. Outra melhora nas páginas da EL foi a disponibilização de *cursos, eventos e palestras ofertados pelo programa*, presente também em um número grande de sites legislativos (48,28%) em 2011. No ano de 2009 esta variável estava presente em apenas 44,83% dos websites. As páginas do parlamento jovem, por sua vez, deram seus primeiros passos na divulgação de itens básicos de compreensão sobre o programa, tais como: *histórico do programa, objetivos e contato com o programa*. Apesar de este programa estar atrasado em relação à Escola do Legislativo, houve um investimento expressivo em 2 anos.

Em suma, no que se referem à frequência dos programas os sites deram um salto significativo na divulgação. A região Sul e Sudeste aprimorou as informações e a Região do Nordeste cresceu substancialmente, atingindo pontuação maior que vários sites do sudeste. Mais uma vez, o Paraná evidencia-se pelo baixo rendimento e nenhum investimento no portal.

Ainda que haja várias deficiências de conteúdos de orientação básica, há alguns websites legislativos que funcionam de maneira eficaz e merecem realce. Entre eles destacamos os de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a região centro oeste, e no nordeste os estados de Piauí e Pernambuco além da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Centro oeste e Sul se destacam, pois apresentam uma navegabilidade interativa e com conteúdos

regularmente atualizados. Foram, por conseguinte, os sites que obtiveram a pontuação satisfatória em todas as dimensões exigidas de um site funcional, no que se refere ao programa Escola do Legislativo principalmente.

4. Comunicação Bilateral e Multilateral

Neste tópico, analisaremos com mais atenção o desenvolvimento dos sites com mecanismos de interação vertical e horizontal, ou, bilateral e multilateral. Peixoto (2009) diferencia os dois conceitos pela maneira como ocorrem estas interações. O site pode possibilitar um contato sem retorno imediato (troca de e-mails, por exemplo), ou uma interação que possibilite debate entre diversos atores (bate-papo, fórum). Pensando nisso, realizamos mais uma vez duas tabelas (em 2009 e em 2011) que nos mostrasse a ocorrência destas dimensões dentro dos websites:

Tabela 4. Comunicação Bilateral e Multilateral do Programa Escola do Legislativo em 2012

		COMPLETO		IMCOMPLETO		INEXISTENTE		TOTAL
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1	Link para Vídeos	4	13,79%	1	3,45%	24	82,76%	29
2	Download de Materiais	7	24,14%	0	0,00%	22	75,86%	29
3	Calendário das atividades	10	34,48%	0	0,00%	19	65,52%	29
4	Boletim eletrônico	2	6,90%	0	0,00%	27	93,10%	29
5	Revista da Escola	2	6,90%	0	0,00%	27	93,10%	29
6	Cadastro para visitas orientadas	1	3,45%	0	0,00%	28	96,55%	29
7	Enquetes, Fórum de debates e Chats	4	13,79%	1	3,45%	24	82,76%	29

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5. Comunicação Bilateral e Multilateral do Programa Parlamento Jovem em 2012

		COMPLETO		IMCOMPLETO		INEXISTENTE		TOTAL
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1	Link para Vídeos	3	10,34%	0	0,00%	26	89,66%	29

2	Download de Materiais	5	17,24%	0	0,00%	24	82,76%	29
3	Calendário das atividades	4	13,79%	0	0,00%	25	86,21%	29
4	Boletim eletrônico	2	6,90%	0	0,00%	27	93,10%	29
5	Revista da Escola	1	3,45%	0	0,00%	28	96,55%	29
6	Cadastro para visitas orientadas	1	3,45%	0	0,00%	28	96,55%	29
7	Enquetes, Fórum de debates e Chats	3	10,34%	0	0,00%	26	89,66%	29

Fonte: Elaboração própria

Para que haja uma democracia legislativa eletrônica, é preciso que as TIC's proporcionem interação entre poder legislativo e sociedade (PEIXOTO, 2009). Os sites melhor pontuados nos gráficos apontados anteriormente possuem dimensões comunicativas as quais Peixoto (2009) chama de “interatividade multilateral”. É a possibilidade de debate entre diversos atores, como por exemplo, chats, fóruns etc. Os websites, principalmente, da ALMG, ALESC, ALERS possuem mecanismos deste tipo nos links dos programas, sendo mais um engodo ao internauta.

Destaca-se ainda, o atraso do site da ALEP. O site é o mais atrasado no que se refere à relação com o público e é uma das poucas assembleias que ainda não efetivou os programas tanto no site quando na Casa. Os websites mais com menor pontuação concentram-se nas regiões norte e nordeste sendo o Paraná, portanto, um caso a parte de atraso na região sul.

As tabelas anteriores deixam muito clara a alta deficiência dos websites no quesito comunicação bilateral e multilateral nos dois programas. Todos os websites apresentaram pontuação baixíssima. Os portais com melhor desempenho foram os de Santa Catarina e Minas Gerais, ainda que fiquem longe do ideal que se espera dos portais.

Ao longo do tempo, observamos no entanto um crescimento na pontuação das variáveis verificadas este ano. Alguns sites merecem, mais uma vez, nosso destaque. O Portal de Piauí que até então não tinha o link do programa Escola do Legislativo, apresenta a maior pontuação da região nordeste e norte e inclusive do Senado e da Câmara dos Deputados. As regiões Sudeste e Sul,

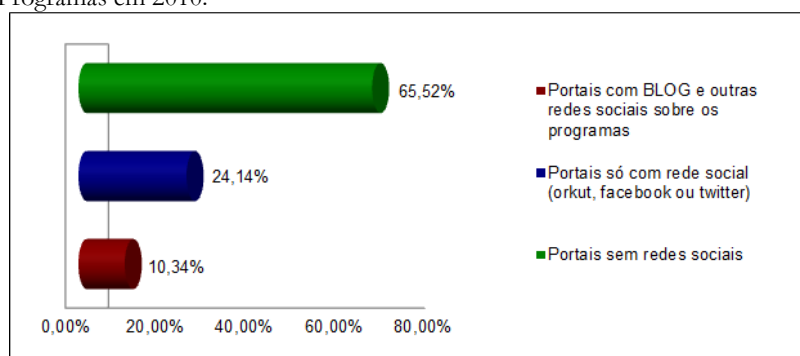
novamente, são as que possuem maior pontuação, conseqüentemente deixando o Paraná como destaque de atraso. Apenas Minas Gerais obteve pontuação maior de 50%.

5. O Uso das Redes Sociais

Outra dimensão que aumenta a divulgação e grau de interação dos programas é o uso das redes sociais tais como twitter, facebook, orkut e mesmo canais de videos no youtube que permitam comentários dos interneutas, que possibilita uma canal adicional de estreitamento de comunicação entre legislativo e esfera pública. As redes sociais implicam em aplicativos que vão além da WEB 1.0. Elas inserem-se dentro do argumento da WEB 2.0, cujos aplicativos possibilitam aos usuários gerarem conteúdos e interagirem entre si (PEIXOTO, 2009).

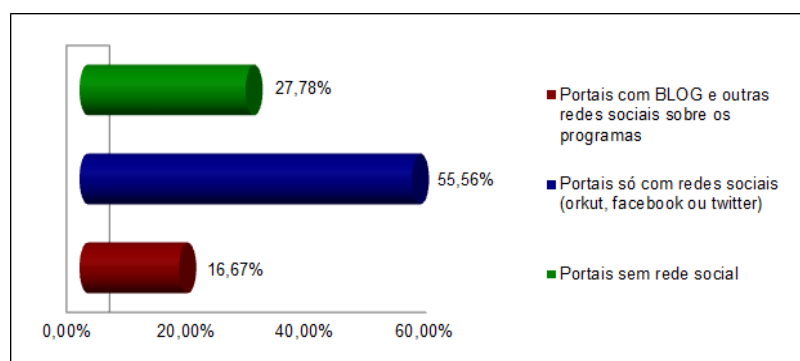
Tanto a Escola do Legislativo quanto o Parlamento Jovem são programas que enfatizam a educação e o conhecimento sobre o poder legislativo. Desta maneira, usar as redes sociais implica maior aproximação e mais uma alternativa para incitar a procura por informações, principalmente pelos jovens ao Parlamento Jovem. Por isso, realizamos um levantamento de quantas casas legislativas usam as redes sociais para divulgarem os programas. Este levantamento foi feito em 2010 e 2011.

Gráfico 6: Presença de Redes Sociais nos Portais Legislativos sobre os Programas em 2010.



Fonte: Elaboração própria (2011)

Gráfico 7: Presença de Redes Sociais nos Portais Legislativos sobre os Programas em 2011.



Fonte: Elaboração própria

Podemos verificar também nesse caso um aumento expressivo no uso das redes sociais pelos portais das assembleias legislativas brasileiras que continham informações sobre os programas. No ano de 2010 algumas poucas assembleias faziam um bom uso das redes, como por exemplo, Minas Gerais, Santa Catarina e Câmara dos Deputados. Este ano, podemos encontrar nestas esferas várias

casas legislativas usando páginas de blogs e redes sociais para divulgar as programações, cursos e próximas edições dos programas. Das redes que mais se usam destaca-se o facebook e Orkut. A Escola do Legislativo utiliza-se mais do primeiro e o Parlamento Jovem do segundo.

6. Conclusão

As TICS's trouxeram uma série de possibilidades de comunicação e interação entre poder legislativo e sociedade. A internet surgiu como um novo meio de estimular o engajamento político e a circulação de informações sobre a política. Novas perspectivas de modernização foram criadas e estreitou-se a relação entre governantes e governados, embora sem subverter radicalmente os padrões anteriormente vigentes de democracia representativa.

Neste artigo, procuramos analisar os efeitos das TICS's dentro dos portais legislativos no que se refere aos programas educativos Parlamento Jovem e Escola do Legislativo. Verificamos a existência de uma deficiência na divulgação de informações sobre estes programas mas ao mesmo tempo a existência de mudanças incrementais por parte dos órgãos legislativos para chegarem a um nível satisfatório na disponibilização de informações e interatividade dos programas: nos três anos de acompanhamento dos portais durante a feitura da presente pesquisa, observamos um crescimento significativo tanto na disponibilização de informações quanto na criação dos links relacionados aos programas. Destacamos alguns sites pela boa pontuação e por um esforço pró-ativo no sentido da disponibilização de informações, tais como o Senado Federal, Câmara dos Deputados, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Piauí. Sobre a região Sul, conseguimos verificar o claro atraso do portal da Assembléia Legislativa do Paraná quanto aos programas.

A internet, dentro do sistema democrático, é um recurso valioso para incitar, estimular e expandir a participação política. Entretanto, para que os resultados apresentem maior grau de

efetividade quanto à participação política ativa, também é preciso que a internet disponha de um repertório mínimo de instrumentos para que os cidadãos se sintam atraídos e estimulados a “navegar” dentro de um site. No tocante a este aspecto, a maioria dos websites tem muito a realizar.

Como problemas e falhas dos websites, podemos destacar principalmente: a) a preocupação com a divulgação dos programas via internet ainda está se consolidando, a maioria dos portais não possui boas ferramentas seja de interatividade seja de navegabilidade b) diante disto não pudemos verificar a real função da internet e dos programas na participação civil com elementos eficazes dos modelos democráticos deliberacionista e participacionista c) O descaso da ALEP frente às iniciativas e seu atraso em todas as pontuações sendo um caso a parte em relação à região sul e os bons exemplos como Santa Catarina e Rio Grande do Sul d) Sobre o uso das redes sociais, verificamos que o número de membros e seguidores das redes bem como o conteúdo que é colocado neste. Problema este que pretendemos verificar nas próximas etapas da pesquisa e) Por fim, algumas perguntas colocadas na pesquisa, tais como a eficácia dos programas nas Casas Legislativas e o impacto do parlamento jovem, demandam uma elaboração de pesquisas quantitativas a serem realizadas em todos os estados. Assim, poderiam ser implementadas políticas sustentadas visando ao aumento da qualidade dos programas bem como saber qual a importância da internet pelos participantes a fim de também aperfeiçoar as ferramentas digitais de estímulo à participação política e aumento da consciência cívica dos cidadãos.

7. Referências

- ASSIS, L. F. de. *Educando para a cidadania: A experiência da escola do Legislativo*. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/97
- BATISTA, C. M. STABILE, M. *Possibilidades da participação política virtual: um estudo dos portais dos legislativos brasileiros*, 2010.

- BRAGA, S. *Internet and Representative Institutions in Brazil: Information Technology in Brazilian Houses of Representatives (2007-2011)*. In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research. Essex : ECPR, 2009 .
- BRAGA, S. *O papel das TICs na institucionalização da democracia: Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil*. Brasília. Plenário. 2007.
- CARVALHO, A. V. C. (2009). *O Parlamento Jovem e a experiência das escolas do legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia*. Monografia (especialização) -- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2009.
- COSSON, Rildo. (2008). *Escolas do legislativo, escolas de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008. 210 p. – (Série Colóquios de Excelência ; n. 1)
- FARIA, C. (2012). *O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?* – Brasília : Câmara dos deputados, edições Câmara, 2012. 334 p. – (série temas de interesse do Legislativo ; n. 18)
- FUKS, M. *Explicando atitudes, conhecimentos e o comportamento político de jovens: As condições iniciais de participantes e não participantes do Parlamento Jovem Mineiro*, 2010.
- FUKS, Mario . (2012). *Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens*. *Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso), v. 18, p. 88-108, 2012.
- FUKS, Mario; Pereira, Frederico Batista. (2011). *Informação e conceitualização: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 26, p. 123-143, 2011.
- LESTON-BANDEIRA, C. (2007a). *Are ICTs changing parliamentary activity in the portuguese parliament?* *The Journal of Legislative Studies*. v. 13, n. 3, p. 403-421, Sept.
- LESTON-BANDEIRA, C. (2007b). *The impact of the Internet on parliaments: a legislative studies framework*. *Parliamentary Affairs*, v. 60, n. 4, p. 665-674.
- LESTON-BANDEIRA, C. (2009). *Parliamentary functions portrayed on European parliaments websites*. *Revista de Sociologia e Política*, 2009. v. 17, n. 34, p. 13-27.

- LESTON-BANDEIRA, C; WARD, S. (2008). *Parliaments in the Digital Age*. Oxford: Oxford Internet Institute, 2008. 50 p. Forum Discussion Report 13, January 2008. Papers presented to the workshop "Parliaments in the Digital Age", hosted at the OII (University of Oxford) in June 2007.
- NORRIS, P. *Democratic Divide? The impact of the internet on Parliaments Worldwide*. Harvard University: John Kennedy School of Government, 2000. Paper apresentado no Congresso da APSA e disponível no site da autora: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/acrobat/apsa2000demdiv.pdf>
- PEIXOTO, T. (2009). *Estudos de boas práticas: democracia eletrônica no Brasil e no mundo*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009.